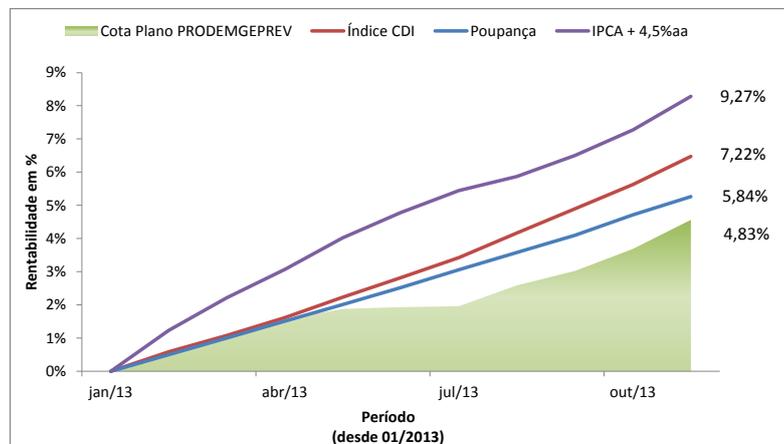


Evolução da Rentabilidade Acumulada

Rentabilidades Acumuladas (COTA)

Período	Plano (%)	CDI (%)	% do CDI
Mês atual	0,25	0,71	35,36
Últimos 3 meses	1,75	2,23	78,55
Últimos 6 meses	2,84	4,28	66,18
Últimos 12 meses	-	-	-
Últimos 24 meses	-	-	-
Últimos 36 meses	-	-	-

Descrição das variáveis do gráfico

Cota Novo Plano Copasa: expressa o retorno acumulado do plano desde 02/2013. A cota do mês reflete a variação dos investimentos do mês anterior;

Índice CDI: expressa a variação acumulada do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), considerada como taxa de retorno livre de risco pelo mercado, no mesmo período;

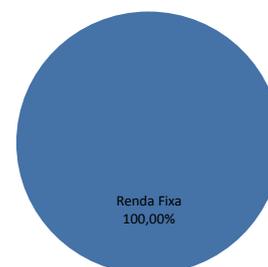
Poupança: rentabilidade da caderneta de poupança no mesmo período;

IPCA + 4,5% a.a.: reflete a variação da inflação medida pelo IPCA (índice oficial para inflação considerado pelo governo) acumulada com um ganho real de 4,5% ao ano, no mesmo período.

Variação da COTA	2011		2012		2013	
	Plano (%)	% do CDI	Plano (%)	% do CDI	Plano (%)	% do CDI
janeiro	-	-	-	-	-	-
fevereiro	-	-	-	-	0,48	80,79
março	-	-	-	-	0,48	99,82
abril	-	-	-	-	0,61	112,57
maio	-	-	-	-	0,30	50,25
junho	-	-	-	-	0,06	9,76
julho	-	-	-	-	0,03	4,42
agosto	-	-	-	-	0,62	87,03
setembro	-	-	-	-	0,42	60,17
outubro	-	-	-	-	0,64	91,56
novembro	-	-	-	-	0,85	105,94
dezembro	-	-	-	-	0,25	35,36
Acumulado no ano	-	-	-	-	4,83	74,59

Composição dos Investimentos

Segmento	Valor em R\$	% de Alocação
Renda Fixa	1.487.026,02	100,00
Renda Variável	-	0,00
Investimentos Estruturados	-	0,00
Investimentos no Exterior	-	0,00
Imóveis	-	0,00
Empréstimo	-	0,00
Total dos Investimentos	1.487.026,02	100,00

ENQUADRAMENTO


Nota: Segmentos previstos na legislação da previdência complementar.

Rentabilidades por Segmento

Segmento	Mês Atual	12 Meses	24 Meses	36 Meses
Variação da COTA	0,25	-	-	-
Renda Fixa	0,25	-	-	-
Renda Variável	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	-	-	-	-
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-
Empréstimos a Participantes	-	-	-	-
IBOVESPA	-3,27	-	-	-
IPCA + 4,5% aa	0,91	-	-	-

PLANO CDPREV

Os planos de benefícios de previdência complementar têm por base a acumulação de recursos provenientes da contribuição dos participantes e das empresas patrocinadoras. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, cujas regras são estabelecidas por órgãos governamentais, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Monetário Nacional, entre outros. O montante acumulado por cada plano servirá para o pagamento dos benefícios previstos em seu regulamento.

Outro ponto importante a destacar é o caráter de longo prazo dos investimentos dos fundos de pensão, cujos resultados devem ser avaliados em períodos acumulados, conforme apresentado no quadro acima. Essa característica é a base da Previdência Complementar, que está, naturalmente, ligada às oscilações do mercado financeiro.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Conforme mencionado no relatório anterior, 2013 foi um ano completamente atípico, com instabilidade em todos os mercados. Com isso, mesmo com a diversificação em diversas modalidades de investimentos, os resultados, na média, foram negativos. O principal motivo do desempenho ruim do ano certamente foi a retomada da alta das taxas de juros, que fez com que a variação dos preços a mercado dos títulos de Renda Fixa fosse negativa, em razão da alta exposição dos planos a essa classe de ativos. Para entender melhor o funcionamento da precificação dos títulos, a entidade manteve o texto explicativo na segunda página deste relatório.

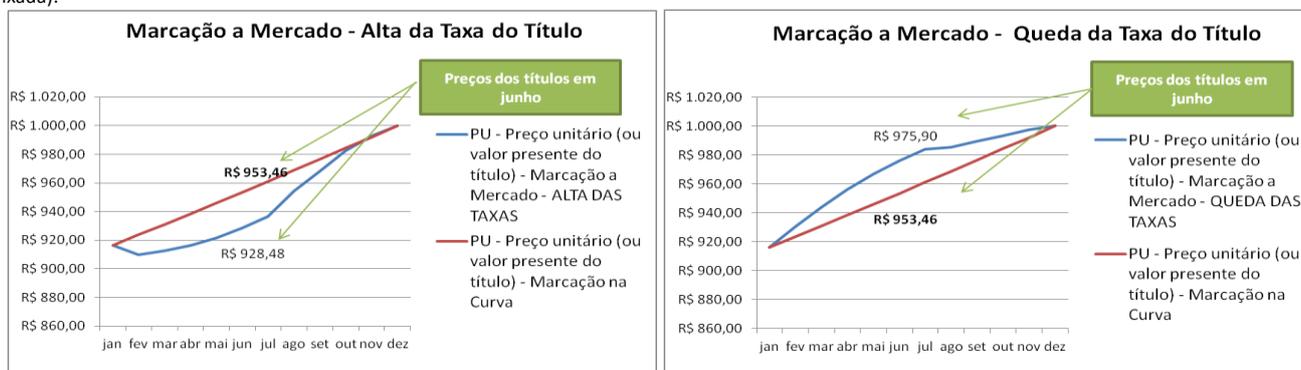
Mesmo diante de tamanha incerteza quanto ao comportamento da economia para o futuro, a entidade ressalta a importância do entendimento dos participantes sobre a visão de longo prazo dos investimentos. Enfim, os títulos que atualmente fazem com que a cota do plano sofra oscilações, são ativos emitidos pelo Tesouro Nacional e de baixíssimo risco. As alocações realizadas pelos administradores tem o objetivo exatamente de proteger o patrimônio dos participantes no longo prazo, com objetivo de geração de ganho real, ou seja, com retorno acima da inflação.

Cabe observar que esses períodos de instabilidade trazem desconfortos, mas também oportunidades. A entidade tem agido no sentido de aproveitá-las, adquirindo títulos públicos e privados de baixo risco com remuneração acima das taxas de referência dos planos.

Entendendo os impactos das variações nas taxas dos títulos públicos sobre as carteiras dos Planos de Benefícios

A volatilidade (oscilação) observada nos últimos meses, com relação às taxas de negociação dos títulos públicos, tem feito com que os planos de benefícios, sobretudo os da modalidade Contribuição Definida, apresentem rentabilidade negativa. Isso porque nesse tipo de plano, diferentemente dos planos de Benefício Definido, o fluxo de caixa não é tão previsível, ou seja, os títulos devem ser registrados pelo valor de mercado (valor pelo qual seriam negociados naquele momento).

Para melhor entendimento sobre os efeitos da precificação a mercado dos títulos, que compõem as carteiras dos planos de benefícios, a Fundação Libertas preparou a demonstração abaixo. O objetivo é de apresentar, de forma didática, os efeitos do aumento ou da queda da taxa de negociação de um título após sua aquisição pelo plano. Observem os gráficos a seguir, elaborados com base em uma LTN (título público remunerado por uma taxa de juros pré-fixada):



Primeiramente, é importante entender como funciona a apuração do valor a ser pago por uma LTN: por definição, o governo paga por cada LTN a quantia de R\$1.000,00 no vencimento. Com isso, para se chegar no valor a ser pago, é preciso verificar no mercado por qual taxa o título está sendo negociado. No exemplo acima, em janeiro, a LTN, com vencimento em dezembro, foi negociada a 10% ao ano. Sendo assim, foi calculado o valor presente do ativo, ou seja, o valor sobre o qual incidirá juros de 10% ao ano para que no vencimento o investidor receba os R\$1.000,00 definidos.

A partir do momento em que o título é adquirido, para conhecer seu valor atual (valor de mercado a cada momento), é feito o mesmo cálculo, porém de acordo com as taxas praticadas nas respectivas datas, considerando o prazo até o vencimento. Percebe-se, no primeiro gráfico, que as taxas aumentam, ou seja, crescem após a compra. Por consequência, o valor em reais do ativo cai. Isso ocorre porque, para obter os mesmos R\$1.000,00, no vencimento, será preciso menos dinheiro, já que a taxa de remuneração aumentou. O inverso acontece quando a taxa cai, o que pode ser notado no segundo gráfico.

Em resumo, sempre que acontece algum fato relevante para o mercado financeiro, as taxas de negociação dos títulos se movimentam, para cima ou para baixo. O que deve ser levado em consideração é que, enquanto o título não é vendido não há registro efetivo de perda financeira, apenas econômica. Enfim, o fato de o plano, por questões conjunturais, apresentar rentabilidade negativa, não significa perda efetiva. Essa perda somente será real se houver necessidade de venda dos títulos. Tendo em vista o horizonte de longo prazo dos compromissos dos planos, o mais provável é que os resultados sejam revertidos satisfatoriamente.

Observação: os impactos da marcação a mercado ocorrem com qualquer título indexado a uma taxa de juros, independentemente do emissor.

Investimentos em Ativos de Renda Variável / Estruturados

Tradicionalmente, as pessoas, quando desejam poupar recursos, procuram por opções de baixo risco e com alta previsibilidade do resultado a ser apurado, sendo direcionadas para caderneta de poupança, CDB de algum banco ou compra de título público. Em economias como a do Brasil, isso é ainda mais forte, levando-se em conta o histórico de altas taxas de juros e os consequentes rendimentos elevados, que garantiam ganhos acima da inflação bastante satisfatórios.

Contudo, o cenário da economia brasileira vem passando por várias mudanças importantes, e uma das consequências é a falta de opções para aplicação de recursos que sejam de baixo risco e que garantam boa rentabilidade. Tem sido cada dia mais difícil identificar oportunidades com essas características.

Por consequência, as entidades administradoras de planos de benefícios, que têm como um dos objetivos realizar aplicações que maximizem os rendimentos dos aportes feitos por seus participantes e patrocinadores, passaram a aumentar suas alocações em modalidades de investimentos cujos riscos envolvidos são maiores, mas que apresentam possibilidades de retorno que justificam as alocações.

O longo prazo para maturação das operações mais complexas é fundamental. Isso porque, no decorrer do processo de desenvolvimento da tese de investimento, os preços dos ativos investidos podem passar por oscilações intensas. Nesse caso, se o investidor não tiver fôlego suficiente para esperar que os objetivos traçados sejam alcançados, poderá vender precipitadamente e realizar prejuízos muito grandes.

Basicamente, quando compra ações de uma empresa, o investidor espera que a médio e longo prazo haja uma valorização em razão das perspectivas que ele possui em relação aos fatores que influenciam o mercado daquela organização. Se, por uma circunstância de mercado, houver desvalorização, não significa necessariamente que as ações devem ser vendidas. Também não é certo que elas devam ser mantidas. Enfim, é preciso estudar antes de comprar e continuar analisando para monitorar. Na verdade, várias decisões são tomadas: a de compra, a de preservação do ativo na carteira (nesse caso, avaliações periódicas são feitas) e a de venda, que devem ser feitas com zelo para que os resultados sejam positivos.

Em resumo, os gestores de planos de benefícios procuram diversificar (dividir os recursos em várias opções) seus investimentos em ativos de baixo, médio e alto riscos, tendo em vista que cada modalidade possui uma expectativa de retorno diferente e com prazos variados para maturação. Dessa forma, o risco consolidado fica minimizado e as possibilidades de retornos são maximizadas.